Em 17/09/09, foi-lhe apensado o Projeto de Lei nº 5.879/09, de autoria do Deputado Filipe Pereira, que altera a Lei nº 8.078, de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor, de forma a caracterizar como prática abusiva a utilização de método de “células de retenção” em sistemas de teatendimento, com finalidade de fidelização de clientes.

A nosso juízo, caberia também à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio apreciar referidas proposições, tendo em vista que ambas tratam de matéria afeta a este Colegiado. Com efeito, a ordem econômica nacional é parte integrante do campo temático desta Comissão, nos termos do art. 32, VI, b, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Ademais, por força do art. 170, V, da Constituição, a defesa do consumidor, objeto primeiro das proposições sob comento, é um dos princípios da ordem econômica.

Desta forma, vimos requerer a V. Ex^a a redistribuição das referidas proposições, de modo a que elas sejam apreciadas também por esta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

Sala da Comissão, em de de 2012.

Deputado MÁRCIO REINALDO MOREIRA
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico,
Indústria e Comércio